

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – DELIBERAÇÃO DA MESA**
- 2 – ATAS**
  - 2.1 – Comissões
- 3 – ORDENS DO DIA**
  - 3.1 – Plenário
  - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
  - 4.1 – Comissão
- 5 – PRONUNCIAMENTOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



## DELIBERAÇÃO DA MESA

### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.734/2020

Acrescenta dispositivos à Deliberação da Mesa nº 2.733, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus – Covid-19 – no âmbito da Assembleia Legislativa.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial das previstas no inciso V do *caput* do art. 79 do Regimento Interno,

DELIBERA:

Art. 1º – A Deliberação da Mesa nº 2.733, de 13 de março de 2020, fica acrescida dos seguintes arts. 4º-A, 6º-A, 6º-B, 6º-C, 6º-D e 6º-E, passando seu art. 5º a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º-A – Ficam suspensos ou adiados:

I – as atividades e os cursos de capacitação interna promovidos pela Assembleia Legislativa na modalidade presencial;

II – o exame periódico a que se referem o inciso V do *caput* do art. 1º-A e o inciso II do *caput* do art. 8º da Deliberação da Mesa nº 2.565, de 10 de junho de 2013;

III – as perícias a que se refere o inciso VI do *caput* do art. 1º-A da Deliberação da Mesa nº 2.565, de 2013, ressalvado o apoio às intercorrências clínicas de emergência ou de urgência e o disposto no parágrafo único deste artigo;

IV – a atualização de dados cadastrais de servidores inativos ou pensionistas, na forma prevista na Deliberação da Mesa nº 2.550, de 10 de dezembro de 2012.

Parágrafo único – O servidor ou o estagiário que necessitar de perícia médica deverá entrar em contato com a Gerência-Geral de Saúde Ocupacional – GSO –, por telefone, para fins de concessão ou homologação de licença, podendo, se necessário, ser agendado atendimento presencial.

Art. 5º – O deputado poderá se manter afastado de suas atividades, mediante comunicação à Presidência da Assembleia Legislativa, se:

I – apresentar sinais e sintomas de infecção pelo Covid-19;

II – retornar de viagem internacional ou interestadual a localidades onde houve infecção pelo coronavírus – Covid-19 –, conforme lista mantida pelo MS;

III – for maior de sessenta anos ou portador de doença crônica.

Parágrafo único – O afastamento previsto neste artigo aplica-se à deputada gestante.

(...)

Art. 6º-A – O servidor ou o estagiário que retornar de viagem internacional ou interestadual a localidades onde houve infecção pelo coronavírus – Covid-19 –, conforme lista mantida pelo MS, será afastado administrativamente de suas atividades por sete dias corridos contados do retorno da viagem.

Parágrafo único – O servidor ou o estagiário a que se refere o *caput* encaminhará por *e-mail* ao titular do órgão de sua lotação comprovante da realização da viagem imediatamente após o seu retorno.

Art. 6º-B – Poderá ser afastado administrativamente de suas atividades:

I – o servidor maior de sessenta anos ou a servidora gestante, mediante comunicação ao titular do órgão de sua lotação;

II – o servidor portador de doença crônica, condicionado à avaliação da GSO.

Parágrafo único – O disposto neste artigo aplica-se ao estagiário.

Art. 6º-C – Ressalvada a hipótese a que se refere o *caput* do art. 6º, o servidor ou o estagiário afastado administrativamente nos termos desta deliberação realizará suas atividades em regime de teletrabalho, sempre que possível, e obedecerá à recomendação de permanecer em casa e à disposição para eventual convocação ao trabalho.

Parágrafo único – O afastamento a que se refere o *caput* será considerado como efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração.

Art. 6º-D – O titular de gabinete parlamentar poderá adotar regime alternativo de trabalho para os servidores e os estagiários lotados no respectivo órgão.

Art. 6º-E – Fica criada a Central de Monitoramento do Covid-19 da Assembleia Legislativa, com o objetivo de acompanhar a evolução dessa doença no âmbito do Estado e as ações para sua prevenção e controle.”.

Art. 2º – Fica revogado o § 3º do art. 6º da Deliberação da Mesa nº 2.733, de 2020.

Art. 3º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, 16 de março de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.



ATAS

## ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/2/2020

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Léo Portela, Celinho Sintrocel e Cleitinho Azevedo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, nos

termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Mario Rodrigues Junior (6), diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres; José César Máximo Faria, chefe de gabinete da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte; e Thales Messias Pires Cardoso, procurador da República no Estado de Minas Gerais (6/2/2020); Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz, gerente de relações institucionais da Telefônica; Paulo Cesar Negrini, gerente de Conservação da Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. – Triunfo-Concebra; e Marco Aurélio de Barcelos Silva (4), secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (10/1/2020); e Marco Aurélio de Barcelos Silva (8), secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade; Ricardo Wagner Rirhi de Toledo, diretor-presidente em exercício da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais; William R. A. Sarayeddin, gerente de Relações Institucionais da Fundação Renova; Fabrício Torres Sampaio, diretor-geral do Departamento de Estradas e Rodagem – 1ª Coordenadoria Regional; e Rogério César de Matos Avelar (2), prefeito municipal de Lagoa Santa (16/1/2020). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.551, 4.553, 4.554, 4.556, 4.557, 4.561, 4.565 a 4.568, 4.577, 4.593, 4.608 e 4.622 a 4.629/2020. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 374/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.180/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do transporte público no Município de Ribeirão das Neves e acompanhar o cumprimento das providências acordadas na audiência pública realizada em 10/7/2015;

nº 6.182/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da Rodovia BR-040, sobretudo o impasse na cobrança do pedágio, a devolução da concessão no trecho da rodovia entre Juiz de Fora e Brasília, tendo em vista o pedido formulado pela concessionária Via 040, nos termos do Decreto Federal nº 9957, de 2019, e os atrasos na execução das obras de duplicação, que estariam sendo paralisadas;

nº 6.230/2020, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater soluções para o reparo da malha rodoviária do Estado em razão dos estragos causados pelas fortes chuvas do início de 2020;

nº 6.231/2020, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater soluções para prevenir desastres urbanos causados por eventos climáticos, como as frequentes inundações na Avenida Tereza Cristina, em Belo Horizonte, que danificam continuamente as moradias de inúmeras famílias da região, e a necessidade de conter os riscos de rompimento da estrutura do Boulevard Arrudas, na Avenida dos Andradas, após a explosão das grades de concreto no dia 24/1/2020;

nº 6.434/2020, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater a situação precária em que se encontra a MG-211, no trecho que liga Setubinha a Capelinha, que vem prejudicando o direito de ir e vir das pessoas e provocando o assoreamento do Rio Fanado;

nº 6.461/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o resultado obtido pelo grupo de trabalho criado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e pelo Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado, com o objetivo de discutir e apresentar propostas para melhorar os instrumentos normativos que regem o transporte rodoviário intermunicipal e metropolitano fretado de pessoas, notadamente o Decreto nº 44.035, de junho de 2005;

nº 6.462/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER – pedido de

informações sobre o resultado obtido pelo grupo de trabalho criado por essa secretaria e pelo DER com o objetivo de discutir e apresentar propostas para melhorar os instrumentos normativos que regem o transporte rodoviário intermunicipal e metropolitano fretado de pessoas, notadamente o Decreto nº 44.035, de junho de 2005;

nº 6.518/2020, dos deputados Léo Portela, Celinho Sintrocel e Cleitinho Azevedo, em que requerem sejam informados ao presidente desta Casa os temas a serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao ano de 2019 do secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 6.122/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública para debater a criação do transporte suplementar intermunicipal de passageiros;

nº 6.124/2019, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para o recapeamento da Rodovia Estadual de Acesso 900-AMG-0525, entre Cataguases e Leopoldina, notadamente no trecho compreendido entre o Clube Social Meca, localizado na Vila Minalda, em Cataguases, e o trevo de Itamarati;

nº 6.127/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública para debater o valor da tarifa de ônibus do transporte público intermunicipal na Região Metropolitana;

nº 6.131/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o cronograma de execução das obras previstas no Edital nº 13/2018, que dispõe sobre melhoramento e pavimentação do trecho rodoviário Dores do Turvo – Entroncamento da MG-132 (Alto do Rio Doce), na Rodovia MG-280, e construção de pontes sobre o Rio Santo Antônio e o Rio Xopotó;

nº 6.146/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Caixa Econômica Federal – CEF – pedido de informações consubstanciadas em cópia do contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Contagem e dos projetos das obras de infraestrutura urbana do Corredor Estrutural de Transporte Ressaca e do Viaduto da Avenida Teleférico;

nº 6.147/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Corporação Andina de Fomento – CAF – pedido de informações consubstanciadas em cópia do contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Contagem e dos projetos das obras de infraestrutura urbana do Corredor Estrutural de Transporte Norte-Sul de Contagem;

nº 6.148/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao promotor chefe do Setor de Meio Ambiente do Ministério Público da Comarca de Contagem pedido de providências para a apreciação, em caráter de urgência, da representação da Associação de Apoio Comunitário do Conjunto Água Branca pela qual requer o ajuizamento de ação contra o Município de Contagem, em função das obras do Corredor Ressaca;

nº 6.157/2019, dos deputados Professor Cleiton e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para manutenção corretiva emergencial no trecho da Rodovia BR-491, entre Varginha e a BR-381, que se encontra com as obras de duplicação paralisadas, o que representa riscos para a segurança dos usuários;

nº 6.158/2019, dos deputados Professor Cleiton e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que, dentro do programa de concessões rodoviárias em estudo pelo governo do Estado, defina como prioridade o lançamento da concessão dos trechos rodoviários do lote Varginha-Furnas, conjunto de rodovias que incluem, entre outras, a BR-491 entre Varginha e a BR-381;

nº 6.197/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater as péssimas condições em que se encontra a Rodovia MG-427 no trecho compreendido entre Uberaba e Conceição das Alagoas;

nº 6.226/2020, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas nas planilhas apresentadas pela empresa Transcotta a essa secretaria, que embasaram a Resolução nº 27/2019, permitindo o aumento de 8,897% no valor das tarifas das linhas Mariana-Ouro Preto, Mariana-Antônio Pereira e Mariana-Saramenha;

nº 6.237/2020, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja realizada vistoria no viaduto da Avenida David Sarnoff sobre a Avenida Tito Fulgêncio, em Contagem, para avaliar as condições desse viaduto e os impactos que lhe foram causados pelas chuvas;

nº 6.242/2020, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam retomadas com urgência as obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – na região do Ribeirão Ferrugem, no Município de Contagem, bem como sejam iniciadas as intervenções para a implementação das bacias de contenção B5, B6 e B7, nesse município;

nº 6.243/2020, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a retomada das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – na região do Ribeirão Ferrugem, no Município de Contagem;

nº 6.262/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à adoção de medidas urgentes para a recuperação da Rodovia CMG-482, no trecho compreendido entre os Municípios de Carangola e Fervedouro, considerando-se a precariedade em que se encontram algumas partes da rodovia, com afundamento e desmoronamento da pista;

nº 6.331/2020, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para a manutenção, em caráter de urgência, da BR-267, entre Juiz de Fora e Leopoldina, notadamente no trecho compreendido entre Juiz de Fora e Bicas, o qual se encontra em péssimo estado de conservação, oferecendo alto risco de acidente aos usuários da rodovia;

nº 6.332/2020, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a manutenção, em caráter de urgência, do trecho da MG-448 entre Santa Bárbara do Tugúrio e Rio Pomba, o qual se encontra em péssimo estado de conservação, oferecendo alto risco de acidente aos usuários da rodovia;

nº 6.359/2020, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Aviação Civil – Anac – pedido de providências para revisão dos preços abusivos das passagens aéreas e constantes atrasos nos voos da empresa Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. nas rotas regionais, em especial para o Município de Montes Claros;

nº 6.393/2020, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para reparação urgente dos estragos causados pelas últimas chuvas nas cidades de Minas Gerais, em especial nas localizadas na Zona da Mata, cuja situação de emergência foi declarada através do Decreto nº 35, de 26 de janeiro de 2020, e do Decreto nº 38, de 29 de janeiro de 2020;

nº 6.472/2020, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que sejam realizadas obras urgentes no trecho da BR-267 que liga Juiz de Fora a Maripá de Minas, tendo em vista a quantidade de buracos existentes na via e a ocorrência frequente de acidentes;

nº 6.478/2020, do deputado Cássio Soares, em que requer seja encaminhado ao diretor executivo da Concessionária Nascentes das Gerais, em Divinópolis, pedido de informações acerca do cumprimento do cronograma de obras estipulado pelo termo de parceria público-privada para os trechos da MG-050 a seguir citados, com os seguintes objetivos: melhorar traçado do Km 305,05 ao Km 305,52, implantando-se terceira faixa do lado esquerdo (1º/7/2020 a 19/11/2020) e implantar retorno operacional entre o Km 305,7 e o Km 306 (1º/7/2020 a 19/11/2020);

nº 6.484/2020, do deputado Zé Reis, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a situação da telefonia móvel no Estado, principalmente na região do Norte de Minas;

nº 6.487/2020, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e à Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – no Estado de Minas Gerais pedido de providências para solucionar a rachadura do asfalto na Avenida Nossa Senhora do Carmo, na subida pela via à direita, no sentido Ponteio;

nº 6.496/2020, do deputado Doorgal Andrada, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para duplicação da Rodovia LMG-748, no trecho que liga os Municípios de Araguari a Indianópolis, em razão do grande fluxo existente nessa rodovia em face da implantação da indústria LD Celulose.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à empresa Expresso Gardênia realizada em 14/11/2019, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2020.

Léo Portela, presidente – Professor Irineu – Celinho Sintrocel – Cleitinho Azevedo.

## **RELATÓRIO DE VISITA**

### **Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

#### **Local visitado: Expresso Gardênia, Belo Horizonte**

#### **Apresentação**

Atendendo ao Requerimento em Comissão nº 4.460, de 2019, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas esteve, em 14/11/2019, na sede da empresa Expresso Gardênia Ltda., localizada na Rua Porto, nº 630, no Bairro São Francisco, no Município de Belo Horizonte, com a finalidade de avaliar os avanços promovidos pela empresa, conforme os compromissos de melhoria no atendimento à população assumidos em audiência pública realizada em 16/5/2019, na qual foi definido o prazo de 120 dias para a reavaliação dos quadros de serviço.

Participaram da visita os deputados Léo Portela, presidente da comissão, e Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento, além do presidente da empresa, Antônio Afonso da Silva, e de alguns de seus colaboradores diretos.

#### **Relato**

A visita foi iniciada com a exibição de um vídeo com informações sobre o histórico da empresa, as linhas em operação e os investimentos realizados visando ao aprimoramento dos serviços prestados por ela. Esses investimentos foram realizados para oferecer condições melhores aos usuários e são decorrentes de reclamações da população contra o Expresso Gardênia, com consequente aplicação de multas pelo DER-MG, além da pressão feita pelos usuários e pelo Ministério Público, situação que motivou a realização da audiência pública da comissão, em 16/5/2019. Na ocasião, após questionamentos de parlamentares e participantes, o

compromisso assumido pela direção da empresa foi o de adotar, em 120 dias, diversas medidas para sanar os problemas mais recorrentes, como quebras de veículos, atrasos nas saídas e chegadas e aspectos relacionados à limpeza e à conservação dos ônibus.

O Expresso Gardênia possui 915 empregados, dos quais 700 estão na região do Sul de Minas, além de gerar 585 empregos indiretos. A frota é composta de 350 veículos, que transportam cerca de 500.000 passageiros por mês. A infraestrutura da empresa é bem ampla, com 18 garagens, das quais 9 possuem refeitório para os empregados. O presidente pontuou que o Expresso Gardênia nunca foi responsável por acidentes nos seus 55 anos de existência.

O presidente, Antônio Afonso da Silva, e alguns de seus colaboradores diretos, fizeram uma exposição sobre a contratação de uma consultoria que auxiliou os trabalhos de revisão de processos internos, o que aprimorou o controle das atividades. Foi esta a razão de terem sido obtidos resultados positivos desde a realização da audiência pública na Assembleia. Entre as ações de melhoria estão a qualificação dos gestores, a contratação de mão de obra especializada, inclusive de engenheiros para acompanhar as revisões mecânicas dos ônibus, e o uso de tecnologia, com a implantação do sistema de telemetria, que transmite dados de cada viagem, em tempo real, relativos ao modo como o motorista conduz o veículo. Esse sistema controla a velocidade, o uso das marchas, da embreagem e dos freios, a rotação do motor e os tempos de parada. O monitoramento também é utilizado para avaliar os motoristas e premiar aqueles que consigam se manter por mais tempo sem nenhum desvio no padrão estabelecido pela empresa.

Além disso, de acordo com o presidente, foram revistas as rotinas, com a criação de um fluxograma de atividades, que começa com a chegada do ônibus à garagem, quando é feito um registro sobre a situação do veículo e a necessidade ou não de manutenção. Em seguida, o veículo é levado para limpeza e, caso seja preciso, passa por manutenção. Cada análise fica registrada com a assinatura do profissional responsável. Assim, assegura-se que os ônibus saem para as viagens somente se estiverem limpos e em plenas condições mecânicas.

Segundo Antônio Afonso da Silva, também é feita uma manutenção preventiva a cada 30.000 quilômetros rodados, observando-se os manuais técnicos de cada veículo. Mesmo com essas medidas, caso ocorra algum problema mecânico durante a viagem, é aberto um processo investigativo interno por meio do qual o engenheiro mecânico buscará a sua causa para evitar ocorrências futuras.

A empresa ressaltou que as inúmeras viagens e o estado das nossas rodovias, algumas bem deterioradas, aumentam os custos de manutenção dos ônibus, mas existe um planejamento de renovação gradativa da frota. Em relação a esse último aspecto, o presidente relatou que a idade média dos ônibus é de 8,5 anos e que foram adquiridos 50 veículos incorporados às linhas do Sul de Minas. Porém, a empresa estaria com dificuldades financeiras para adquirir outros ônibus novos.

Essa situação, segundo ele, foi causada pela diminuição do número de passageiros nas diversas linhas, pela concorrência com outros tipos de transporte, e pela existência de algumas linhas deficitárias, que geraram prejuízo por diversos anos seguidos. Para o presidente da empresa, uma linha de crédito do BDMG poderia ser a solução para essas questões, possibilitando a renovação da frota.

Para tratar das reclamações e dar uma resposta aos usuários foram ampliados os investimentos no serviço de atendimento ao cliente, o *call center*, por meio do qual, além de se fazer o registro de cada ocorrência, elas são agrupadas por tipo e linha, para se cobrarem respostas dos setores responsáveis e, posteriormente, se responder aos usuários. Somado a esse canal interno de atendimento, a empresa responde a reclamações feitas no DER-MG e no *site* Reclameaqui.

Os deputados presentes lembraram os responsáveis do descontentamento de moradores e lideranças do Sul do Estado com a empresa. Segundo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, o número de queixas que chega ao gabinete dele diminuiu da data da realização da audiência pública até agora, mas continua alto. Continuam as reclamações sobre atrasos dos ônibus para as saídas nos terminais rodoviários, problemas mecânicos, com quebra de ônibus, e limpeza dos veículos. Os deputados enfatizaram que reconhecem que a empresa adotou medidas para sanar essas questões, mas que elas ainda não surtiram efeito na satisfação do cliente.

### Conclusão

Ao fim da visita, o deputado Léo Portela elogiou o esforço dos dirigentes do Expresso Gardênia, mas afirmou que é dever da comissão continuar acompanhando a prestação de serviços pela empresa.

Os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Léo Portela solicitaram aos dirigentes da empresa que, a cada melhoria realizada, deem conhecimento à Assembleia, para que os deputados possam dar retorno sobre ela à população.

Como nem todos os problemas foram resolvidos, a comissão continuará exercendo o seu papel fiscalizador sobre o Expresso Gardênia Ltda., até que seja melhorada a qualidade dos os serviços prestados à sociedade.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2020.

Léo Portela, relator.

### ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/3/2020

Às 11h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, João Leite e Celinho Sintrocel (substituindo o deputado Léo Portela, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.276/2015 (relator: deputado João Leite) na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; e 3.570/2016, no 1º turno (relator: deputado João Leite) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. O presidente avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 1.238/2019, no 1º turno, e, submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação da matéria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.080/2019 (relator: deputado João Leite); e 1.231/2019 (relator: deputado João Leite), este com a Emenda nº 1, votada em separado. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.766, 4.771, 4.792, 4.821 a 4.823, 4.825, 4.827 e 4.829 a 4.831/2020. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.754/2020, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência de convidados para entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com as seguintes militares do Exército Brasileiro: Cap. Priscilla Alves dos Santos, Ten. Lorena Crepaldi Campos, Ten. Suellem Almeida Croci e Cap. Geisa Carla Martins de Campos; e da Polícia Militar de Minas Gerais: Ten.-Cel. PM Denise Nogueira, Maj. PM Laura Maria Godinho Santos e Ten. PM Marília Andréia Vaz, bem como à 2ª-Ten. Carlota Mello, enfermeira que integrou a Força Expedicionária Brasileira, servindo na Europa durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945);

nº 6.755/2020, dos deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja encaminhado à chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para que se proceda à reestruturação da 3ª delegacia de Polícia Civil de Venda Nova, em Belo Horizonte, que se encontra com a estrutura predial precária, mobiliário em péssimo estado de conservação, possuindo apenas três veículos caracterizados, estando um deles em péssimo estado de conservação, e apenas uma viatura caracterizada, que também necessita de reparos;

nº 6.756/2020, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Ten.-Cel. PM Fernando Marcos dos Reis, o Cb. PM Ítalo, o Cb. PM Damásio e o Cb. PM John por se arriscarem com o objetivo de salvar a vida de um jovem que foi agredido e jogado em um despenhadeiro no Município de Ibiá.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2020.

Sargento Rodrigue, presidente – João Leite – Bruno Engler.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,  
EM 17/3/2020****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

**2ª Fase**

**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto nº 14/2019 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.439, que autoriza o Poder Executivo a realizar a compensação de dívidas vencidas com crédito tributário, nas hipóteses e nos termos que especifica, e dá outras providências. (Faixa constitucional.). Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 15/2019 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.496, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; a Lei nº 19.990, de 29 de dezembro de 2011, que cria o Fundo de Erradicação da Miséria – FEM; e a Lei nº 23.422, de 19 de setembro de 2019, que autoriza os municípios a ceder direitos creditórios e realizar operações de crédito para reequilibrar as finanças após o atraso de transferências obrigatórias pelo Estado. (Faixa constitucional.). Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 16/2020 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.463, que autoriza o Poder Executivo a doar à entidade Clube de Mães Maria de Nazaré o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.). Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 17/2020 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.473, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Comunitária dos Agricultores Familiares da Pedra Branca o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.). Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 18/2020 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.462, que institui o Selo Fiscal de Controle e Procedência da Água e o Selo Fiscal Eletrônico de Controle e Procedência da Água relativos a água mineral, natural ou potável de mesa e adicionada de sais. (Faixa constitucional.). Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 19/2020 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.494, que acrescenta artigo à Lei nº 20.020, de 5 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a prestação de assistência e cooperação técnicas pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – aos municípios na construção e na administração de distritos industriais e dá outras providências. (Faixa constitucional.). Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 20/2020 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.522, que dispõe sobre a responsabilidade de autoridade estadual pelo exercício irregular do poder regulamentar. (Faixa constitucional.). Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 21/2020 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.499, que cria o Programa Usuário Ativo: Informação, Segurança e Economia – Uaise –, de incentivo à participação dos usuários no fornecimento de informações direcionadas ao aperfeiçoamento da manutenção da malha rodoviária sob responsabilidade do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.). Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 22/2020 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.520, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.). Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

### 3ª Fase

Pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/3/2020**

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.061/2019, da deputada Beatriz Cerqueira.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.020/2019, da deputada Leninha; 1.400/2020, do deputado João Vítor Xavier; 5.440/2018, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.327/2015, do deputado Gustavo Valadares; 1.358/2015, da deputada Ione Pinheiro; 1.721/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.188/2016, do deputado Noraldino Júnior; 3.589/2016, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.610/2016, do deputado Duarte Bechir; 3.910/2016, do deputado Antônio Jorge; 4.334/2017, do deputado Bosco; 4.489/2017, do deputado Ulysses Gomes; 101/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 290 e 440/2019, do deputado Arlen Santiago; 593/2019, do deputado Cleitinho Azevedo; 1.042/2019, dos deputados Coronel Henrique e Doutor Paulo; 1.054/2019, dos deputados

Charles Santos e Mauro Tramonte; 1.182/2019, do deputado Neilando Pimenta; 1.207/2019, do deputado Coronel Henrique; 1.264/2019, do deputado Zé Reis; e 1.428/2020, da deputada Leninha.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 611/2015, da deputada Rosângela Reis; 5.384/2018, do deputado João Leite; 5.466/2018, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 602/2019, do deputado Duarte Bechir; 616/2019, da deputada Marília Campos; 858/2019, do deputado Roberto Andrade; 927/2019, do deputado Doutor Paulo; 1.104/2019, do deputado Cássio Soares; 1.107/2019, do deputado Zé Reis; 1.200/2019, do deputado Mário Henrique Caixa; 1.335/2019, do deputado Tadeu Martins Leite; 1.338/2019, do deputado Professor Irineu; 1.349/2019, do deputado João Vítor Xavier; 1.358/2019, do deputado Inácio Franco; 1.369/2019, do deputado Betão; e 1.477/2020, do deputado André Quintão.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/3/2020**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.460/2015, do deputado Noraldino Júnior.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.873/2020, do deputado Coronel Henrique, e 4.901 e 4.902/2020, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

#### **3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater a gravidade da situação a que estão submetidos os servidores da segurança pública do Estado, notadamente quanto à ausência de recomposição das perdas inflacionárias dos últimos quatro anos e ao parcelamento dos salários há três anos e um mês, o que vem acarretando grave situação de endividamento de suas famílias e afetando até mesmo a saúde desses profissionais.

Recebimento e votação de requerimentos.

### **ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/3/2020**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4.001/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 952/2019, do deputado Cleitinho Azevedo; 3.102/2015, do deputado Elismar Prado; 3.636/2016, do deputado Isauro Calais; 4.441/2017, do deputado Gustavo Santana; 521/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva;

811/2019, dos deputados Duarte Bechir e Antonio Carlos Arantes; 894/2019, do deputado Virgílio Guimarães; 918/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 958/2019, do deputado Noraldino Júnior; e 1.210/2019, do deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 4.863/2020, da Comissão de Participação Popular; e 4.893/2020, do deputado Celinho Sintrocetel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/3/2020**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/3/2020**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 4.885 e 4.886/2020, do deputado Cristiano Silveira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/3/2020**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 17/3/2020**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei n° 554/2019, do deputado Cleitinho Azevedo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.854 a 4.857, 4.882 e 4.883/2020, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras; e 4.874/2020, da deputada Delegada Sheila.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/3/2020**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.878/2017, do deputado Cristiano Silveira, e 1.027/2019, do deputado Fernando Pacheco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 4.871/2020, do deputado Carlos Henrique.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/3/2020**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H15MIN DO DIA 19/3/2020**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

 **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/3/2020, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.460/2015, do deputado Noraldino Júnior, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.873/2020, do deputado Coronel Henrique, e 4.901 e 4.902/2020, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de março de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente.



## PRONUNCIAMENTOS

### DISCURSOS PROFERIDOS NA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/3/2020

O deputado Gustavo Santana\* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público da TV Assembleia que está nos assistindo, servidores, boa tarde a todos. Não poderia, na tarde de hoje, quinta-feira, deixar de fazer aqui a minha fala sobre alguns acontecimentos no nosso estado. Primeiramente, gostaria de deixar registrado um grande abraço ao nosso querido amigo deputado Bilac Pinto, que deixou, na tarde de ontem, o comando da Secretaria de Governo do Estado. Tenho a certeza de que tentou cumprir, sim, a sua função como secretário, abrindo o diálogo, colocando a política para poder, sim, tentar fazer com que o Estado de Minas Gerais pudesse crescer e se desenvolver. Mas, infelizmente, devido a alguns fatos ocorridos ontem por decisões do governador do Estado, viu que seu papel não era mais ficar na Secretaria de Governo e seguir para Brasília para dar continuidade ao seu mandato como deputado federal. Foi uma perda muito grande, pois o Bilac estava desenvolvendo aqui um trabalho muito bom, fazendo com que a Secretaria de Governo tivesse respeito e fazendo com que os assuntos de interesse de Minas Gerais fossem atendidos mediante os pleitos destes deputados.

Não poderia deixar também de falar aqui e parabenizar. Recebi a íntegra do escrito, ontem, da mensagem do vice-governador do Estado, o Brant, que pediu licença do Partido Novo. Acredito na sua palavra colocada para a gente ontem que, quando eleito vice-governador – e o governador deveria ler bastante essa íntegra – foi eleito com 72% dos votos. Ele não foi eleito com os eleitores só do Partido Novo. Ele deixou muito claro, na íntegra, o seu compromisso de governar o Estado, de resolver os problemas reais que afligem os mineiros e decidiu deixar o Novo para cumprir na sua integridade os deveres político-constitucionais. Ele ainda ressaltou que o diálogo aberto e democrático é a essência de uma boa política e as condições dogmáticas irrenunciáveis fecham as portas da política. Ele fala ainda que um dos principais motivos da sua saída é que o Novo queria que ele governasse apenas com o estatuto de seu partido, unipartidário. Isso não existe; não existe num estado igual nós temos e em nenhum outro lugar do nosso país. Um partido querer que os membros possam apenas, mediante o seu estatuto, governar Minas Gerais.

Então acho que o vice-governador está de parabéns por essa decisão e tem o total apoio desse parlamentar. Não podemos não colocar os assuntos com a política, não podemos escutar outros partidos políticos, ainda mais na função em que ele está. O governador deveria ouvir bastante, pois como ele vai poder governar um Estado que se faz representado por vários partidos políticos, por vários segmentos, onde só querem determinação? E essa determinação, nós sabemos que vem de São Paulo. Sabemos que o não conhecimento de Minas Gerais faz com que essas atitudes de querer escutar apenas um partido, o seu jeito novo de governar, vai trazer um atraso muito grande para o nosso estado.

Então, parabéns, vice-governador, pela escolha. Peço aqui que o governador Romeu Zema tenha muita habilidade. Eu posso falar isso porque eu apoiei ele no 2º turno, acreditando, acreditando que seria bom para Minas Gerais, mas não podemos também fechar as portas para o diálogo e escutar o que os outros partidos e as outras classes têm para falar. No ato de ontem, o que aconteceu, quando houve o veto parcial, foram muitas mudanças na política. Estamos aqui, eu tenho certeza, a maior parte dos meus pares, para poder construir juntos o que for bom para Minas Gerais, mas não podemos só ficar a comando de um partido.

Então eu peço que o governador reflita bem e que tome decisões, não decisões do que o Partido Novo acha que é bom ou que é ruim, mas, sim, decisões que serão boas para Minas Gerais, independente do partido político que dê as suas ideias; que escute, que dialogue, que faça a política, que escute esta Casa, que respeite esta Casa, porque, nós, aqui, somos representantes do povo mineiro, nós sabemos da necessidade, sabemos o que o povo de Minas precisa. Então pode contar comigo, governo, para o que for

bom, mas não fique apenas escutando o partido. Vamos abrir a discussão, pois estamos num momento muito grave, num momento muito sério em Minas Gerais, e tenho certeza de que a soma dos esforços de todos os deputados e de todos os mineiros poderá tirar Minas deste atraso em que está no cenário nacional. Um grande abraço a todos.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Betão\* – Boa tarde, presidente; senhoras e senhores deputados e deputadas; público presente e aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, ontem, no final da tarde, eu e a deputada Beatriz Cerqueira, assim como o deputado Professor Cleiton, participávamos de uma audiência pública para tratar do cumprimento do pagamento do piso nacional salarial dos professores, e, ao mesmo tempo, nessa atividade, nessa audiência pública, havia representantes de outras categorias que também estão em greve no Estado de Minas Gerais, em especial os trabalhadores do meio ambiente e os trabalhadores dos hospitais ligados à Fhemig, ao Hospital João XXIII e João Paulo II. Esses se encontram em greve há mais de 60 dias exatamente por falta de diálogo por parte do governo Zema.

E, no meio da audiência, nós percebíamos que o governo estava derretendo. O vice-governador, como foi dito aqui pelo deputado que me antecedeu, está se desfiliando do partido; o secretário de Governo, pedindo exoneração; fora o secretário adjunto e outros componentes da Secretaria de Saúde que já haviam pedido a exoneração; e um governador que – é primeira vez que vejo isso, tendo acompanhado a câmara de vereadores e, agora, a Assembleia – consegue, Doutor Jean Freire, vetar o próprio projeto que ele enviou para a Casa, que é o projeto do reajuste da segurança pública.

E acho curioso porque, além de utilizar o coronavírus para explicar a queda das bolsas, dizendo que isso poderia afetar o reajuste, o principal argumento que foi utilizado pelo governador foi o de que, como ele pretende, deputado Sargento Rodrigues, enviar a esta Assembleia, aprovar o projeto do Regime de Recuperação Fiscal, que não pode... Nós falávamos sobre isto aqui: o Regime de Recuperação Fiscal prevê congelamento de salário, prevê congelamento de carreira, prevê a não realização de concurso público e mesmo a não efetivação de concursados. Ele utiliza esse argumento para justificar o veto parcial à própria mensagem, e depois de um acordo que foi feito com os deputados da segurança pública, com os sindicatos da segurança pública para não conceder o reajuste. Fora o veto para as demais categorias.

Eu me lembro aqui, no dia da votação do reajuste da segurança pública e quando foi apresentada essa emenda, de que eu falava da contradição de um governador que, a todo momento, com tudo o que acontecia em Minas Gerais, inclusive as enchentes, dizia que era necessário, no raciocínio dele, para salvar Minas Gerais, aprovar o Regime de Recuperação Fiscal, privatizar as empresas e, ao mesmo tempo, apresentar um reajuste quatro anos para a frente. E chamava inclusive, deputado Sargento, à unidade todas as categorias, porque nós teríamos que enfrentar essa proposta que ele pretende fazer. E é exatamente isso que ele apresentou como argumento para enviar para cá o que foi lido hoje: o veto à sua proposta.

Então, repito: as categorias de servidores – servidores da segurança pública, trabalhadores da educação, trabalhadores do meio ambiente, dos hospitais – vão, mais do que nunca, precisar se unificar para enfrentar esses ataques que nós vamos sofrer e que foram apontados agora definitivamente com o veto que foi feito a esse reajuste.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Perfeitamente. Eu queria primeiro cumprimentar V. Exa. e realçar aqui a fala de V. Exa. Quando nós tomamos posse, no dia 1º de fevereiro, ele esteve nesta tribuna, onde V. Exa. está, e uma das coisas que me chamou a atenção é que ele disse várias vezes, em seu discurso, aqui dentro da Assembleia, que a única saída, a única solução era o Regime de Recuperação Fiscal. Meu posicionamento sempre foi muito claro a respeito dessa matéria. Nós somos frontalmente contrários à aprovação do Regime de Recuperação Fiscal. E não mudamos e não vamos mudar. Esse é um ponto que devemos deixar claro.

Em relação ao veto parcial, V. Exa. também tem absoluta razão. E eu faço aqui, deputado Betão... Nós tivemos hoje, em caráter de urgência, uma reunião com os sindicatos e associações, com o deputado federal Subtenente Gonzaga, o deputado Bruno Engler, o deputado Heli Grilo, o deputado Coronel Sandro; tivemos uma reunião urgente hoje para nos manifestarmos, inclusive nas nossas redes sociais e na própria imprensa. Vamos trabalhar – vamos trabalhar – com todas as lideranças da Casa no intuito de derrubar o veto, porque como vetar aquilo que é fruto de um acordo? Qual palavra há para isso?

Então, a nossa nota inclusive, deputado Betão, é: Romeu Zema não tem palavra – Zema não tem palavra. E ele lançou a sua credibilidade por terra. Agora, ele não tem palavra para cumprir um acordo que os dois secretários de Estado assinaram numa ata. Está documentado, há uma ata. Quatro chefes de polícia assinaram a ata, 9 deputados – 4 estaduais e 5 federais; 15 sindicatos e associações assinaram uma ata, que foi tornada pública. Um ano de processo de negociação, deputado Betão, que nós fizemos com o governo, com os secretários de governo e com o secretário de Planejamento.

Ele foi a uma entrevista do Mauro Tramonte, que é deputado conosco aqui, e disse: “Não, há um planejamento. A reposição da inflação da segurança, das perdas salariais dos servidores da segurança pública teve um planejamento. Nesse momento, nós não vamos conceder a outras categorias – nesse momento; será futuramente. Mas houve planejamento.”. Ou seja, quem vai acreditar na palavra do governador Romeu Zema, deputado Betão? Quem? Com qual base ele vai aprovar Regime de Recuperação Fiscal, reforma da Previdência dos servidores civis e militares? Qual é a credibilidade? Quem será o fiador?

Quem vai trazer a palavra dele, porque – e aqui quero adiantar a V. Exa. – o líder do bloco de governo e o líder de governo já não são mais líderes, já entregaram os cargos, já são bloco independente. O que vai restar a ele, deputado Betão – eu disse agora há pouco fora dos microfones –, serão da base do governador Romeu Zema: o deputado Guilherme da Cunha, a deputada Laura Serrano e o deputado Bartô. Os três deputados agora são a base de governo dele, e isso é um fato. Mesmo assim, quando a gente fala que o Bartô é da base, ele resiste e diz que não quer ser da base do governador Romeu Zema. Então parece-me que ele vai ficar com apenas 2 deputados na sua base, dos 77. Essa é a realidade: ele não tem palavra. Zema não tem palavra, perdeu a credibilidade, não terá fiador.

Parabéns a V. Exa. por lembrar isso. Fica aqui o nosso protesto. E o Regime de Recuperação Fiscal, Betão, não passa nesta Casa, a reforma da Previdência, não passa. Acabou o governo de Romeu Zema nesta Casa e em Minas Gerais.

O deputado Betão\* – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Parece que então nós teremos uma unidade aqui com relação a esses projetos que ele pretende enviar. Eu iria mais longe. Eu diria que o governador Romeu Zema, dentro dessa matemática do deputado Sargento Rodrigues, tem apenas um deputado na base, a que votou a favor dele nessa proposta de reajuste dos servidores públicos. Mas algo muito grave aconteceu desde o dia em que ele assinou, desde o dia em que o secretário deu a palavra, deu a assinatura também para os deputados para ontem e para hoje. Com certeza, o mercado financeiro falou mais alto, exigindo dele, como o Partido Novo nacionalmente exigiu dele, como exigiu também de diversos governadores alinhados ao mercado financeiro, que não fosse dado o reajuste para a segurança pública nos níveis que foram ofertados.

Portanto, eu não vou me estender mais, presidente, porque a nossa bancada vai ter uma reunião, daqui a pouco, para a gente pensar em como ajudar a sair desse imbróglio, mas tenham certeza de que a bancada do Partido dos Trabalhadores, mais uma vez, está estendendo a mão aos servidores públicos de Minas Gerais. Muito obrigado.

\* – Sem revisão dos oradores.

A deputada Beatriz Cerqueira\* – Presidente, boa tarde. Boa tarde, colegas parlamentares. Boa tarde a todos que nos acompanham pela TV Assembleia e pelas redes sociais da Assembleia Legislativa e àqueles que nos acompanham pelas galerias. Enquanto nós estamos aqui, a parte externa da Assembleia Legislativa está tomada de trabalhadores e trabalhadoras em educação, que, ontem, completaram um mês de uma greve por tempo indeterminado, deflagrada no dia 11 de fevereiro, em função da ausência de negociação por parte do governo do Estado. Enquanto nós estamos aqui, quase 100 mil trabalhadores em educação da rede estadual

continuam sem receber um único centavo do 13º salário de 2019. Ontem, em audiência pública, representantes da Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg - também trouxeram a informação de que 60% dos trabalhadores da universidade também, até o momento, não receberam o seu 13º salário.

Eu tive a oportunidade, porque acho que a prática é o critério da verdade, de ver recentemente um vídeo em que o candidato a governador do Estado apresenta a sua plataforma ao servidor público. Nesse vídeo que eu vou publicar mais tarde, Prof. Betão, o então candidato e agora governador Romeu Zema dizia o seguinte: “Servidor em primeiro lugar”. São palavras do governador, deputado Jean. “Gestão moderna e eficiente”. Deve ser aquela eficiência que não está preparando Minas Gerais para sequer enfrentar uma epidemia do coronavírus, porque sequer equipe na saúde há porque houve uma demissão coletiva recente. “Não dá para continuar só no discurso. A educação e os professores serão valorizados; a educação” - ainda dizia o candidato a governo - “é a base de tudo. Só vou receber salário depois que os servidores receberem salário em dia.”

O que nós estamos vivendo hoje, dia 12 de março, com a síntese do que estamos enfrentando no Estado, é o resultado de quando a gente elege o não político e grande empresário. A negação da política tem consequências concretas na nossa vida. O discurso do não político, daquele bem-sucedido, que não precisa entrar para a vida pública, e, portanto, estaria se doando à vida pública, levamos ao caos que estamos vivendo hoje. O secretário de Planejamento e Gestão está nos Estados Unidos. Ele vai a uma reunião e tem a capacidade e a covardia de chamar uma deputada de cretina; no dia seguinte, pega um avião e vai para os Estados Unidos cuidar de interesses pessoais. Deixou para trás mais de cem mil trabalhadores do Estado, servidores públicos, sem 13º salário. O secretário de Governo, desautorizado numa negociação que ele encaminhou, assinou e coordenou esse processo. A Secretaria de Saúde está com demissão coletiva. Esse é o Estado eficiente que está sendo apresentado à população mineira.

Sobre o que aconteceu no último período, eu queria fazer algumas considerações. De fato eu fui dirigente sindical por longo tempo e participei de dezenas de mesas de negociação. Não há nada mais caro e importante, numa mesa de negociação, do que a palavra empenhada, a negociação feita, a negociação assinada. Então o desrespeito do governador, ao não cumprir o que ele negociou, não é uma lição para um setor do funcionalismo, é para todo mundo, porque ninguém confia em quem assina e não cumpre. É gravíssima a situação. Que entidade sindical vai fazer uma negociação e vai acreditar na palavra de um governador que não honra aquilo que assumiu como compromisso? É grave enquanto negociação, enquanto processo coletivo de representação de qualquer categoria do funcionalismo público estadual.

Nós debatíamos, há bastante tempo, a necessidade de o governo apresentar propostas para os demais setores do funcionalismo, e ressaltávamos aqui, de forma muito pedagógica, o respeito ao processo de negociação que havia sido feito com os trabalhadores da segurança. Por isso a emenda que nós construímos coletivamente e foi aprovada por 47 deputados desta Casa respeitou integralmente toda a negociação feita e incluiu aqueles excluídos da política remuneratória do governador Zema. Para a nossa surpresa, o governo não se mexe, o governo não conversa com ninguém, o governo não estabeleceu negociação com ninguém. A Fhemig vai para 60 dias de greve, os trabalhadores do meio ambiente iniciaram uma greve nessa segunda-feira, a Uemg está em estado de greve, outros trabalhadores anunciaram que podem iniciar greve a partir das próximas semanas. Ninguém recebeu nenhuma proposta de negociação.

O discurso é do Novo, mas a prática é velha, Prof. Betão, porque nós estamos nos deparando com o governador Romeu Zema reproduzindo a ladainha da época do PSDB, da proporcionalidade do piso salarial profissional nacional. É lamentável haver um governador do Estado que não lê a Constituição do Estado que ele governa. Porque, na Constituição do Estado, está ratificado, está garantido que o piso salarial é para a jornada existente na carreira. No caso de Minas Gerais, talvez também o governo e a sua equipe não saibam que a jornada de um professor da educação básica é de 24 horas. Então chega a ser vergonhoso repetir um discurso daquele que ele venceu nas eleições, um discurso da chamada velha política, que o antecedeu; e, em vários momentos, ele dizia que tudo que havia sido feito antes dele não prestava, não estava valendo.

Então a questão do piso salarial continua na pauta. É lamentável como o governo não estabelece negociação, não tem agenda, não conversa com a categoria. Eu disse ontem, na nossa audiência pública, e vou repetir: a educação tem fôlego, a educação tem fôlego para mobilização. Ficar testando a categoria, ficar disputando percentual de paralisação, que é a única coisa que o governo está fazendo nesse momento, ignorando uma greve que atinge todas as regiões do Estado, é um desrespeito com as famílias mineiras, que têm o direito de ter o seu filho numa escola pública de qualidade, assim como os profissionais têm o direito de ter os seus salários. A luta pelo piso é a luta pelo mínimo, que é o básico pelo qual a nossa categoria luta há anos, há mais de uma década.

Realizamos audiência pública, na Comissão de Educação, e o secretário de Fazenda foi convidado. O secretário de Fazenda não conseguiu explicar os números que estão apresentados em relação ao mínimo constitucional de 25%. Em 2019, o governo de Minas não investiu mais de R\$130.000.000,00 da cota-salário educação. Mais de R\$3.000.000.000,00 do mínimo constitucional não chegaram ali na ponta da educação. Esse dinheiro pagava integralmente o 13º da educação. Foi uma opção política e não financeira do governador Romeu Zema não pagar o 13º salário da educação. A saúde, assim como a educação, tem recursos vinculados. A nossa luta, a nossa denúncia constante, é contra o desvio de recursos que acontece na área da saúde e da educação.

Começamos, hoje, a campanha que já dizíamos que faríamos. Primeiro, a nossa campanha era: “Sancione tudo, Zema”. Agora a nossa campanha é para que tenhamos a unidade necessária e derrubemos, absolutamente, todos os vetos do governador em relação à política remuneratória: a parte que ele mesmo trouxe a esta Casa e não manteve a palavra; a parte em que trabalhamos e incluímos, ao trazer o piso salarial; as negociações já homologadas, judicialmente, da universidade do Estado, ao trazer a vida dos demais servidores que foram excluídos e que, como todos, tinham e têm perdas de inflação que precisam ser repostas. Então, o nosso debate continua o mesmo, com a mesma coerência de antes, a mesma luta em defesa de todos os servidores públicos civis e militares, a defesa da inclusão de uma política remuneratória que não exclua ninguém. Assim nos posicionamos no debate da tramitação do projeto, da construção da emenda e assim nos posicionaremos quando o veto for pautado aqui, nesta Casa. Não é a Assembleia Legislativa que fará o processo de excluir aquilo que o governador não teve condições políticas de conduzir numa boa negociação.

Ao final, quero deixar o meu repúdio à fala do governador do Estado, quando do lançamento de um aplicativo que se relacionava ao enfrentamento da violência contra a mulher, que deveria ser uma agenda positiva, propositiva, em que ele chegou a dizer que é quase um instinto natural mulher apanhar. Não é natural, governador. Até aguardei alguns dias, porque o sensato, depois de uma fala que empodera a violência contra a mulher – essas falas têm esse poder – era um pedido de desculpas e não uma nota explicativa, como o governo publicou no mesmo dia. Não é natural, governador! Não sei se no seu mundo é, mas, no mundo da vida concreta, no mundo em que as mulheres vivem não é instinto natural que nós apanhemos, que nós morramos por sermos mulheres, que sejamos agredidas por sermos mulheres, que sejamos aviltadas, violentadas por sermos mulheres. Não é natural!

É lamentável que o discurso da não política tenha trazido isso para governar Minas Gerais, um governador que acha instinto natural a agressão contra as mulheres. Então, finalizo, exatamente, trazendo o meu repúdio a esse comportamento. Estamos cheios de comportamentos estranhos. O governador, outro dia, pediu sacrifício às professoras. Mais? O governador vai, permanentemente... É um governo que ataca a imprensa! Quantas vezes, Betão, os nossos posicionamentos são colocados e criticados na imprensa. Qual é a nossa função? A nossa função é respeitar como dirigentes sindicais que já fomos, como vereador que você já foi, como parlamentares estadual que somos. É a minha tarefa desqualificar, expor um profissional da imprensa, exigir que a imprensa tenha o meu posicionamento ideológico? Não! Quando achamos que a imprensa tem que ser controlada ou que você tem que jogar a população contra o Legislativo, você está se aproximando do autoritarismo, do fascismo, do totalitarismo. A imprensa cumpre o papel dela; o Poder Legislativo cumpre o seu papel e o Executivo cumpre o dele.

O Executivo querer mandar na imprensa, querer mandar no Poder Legislativo significa que ainda não entendeu qual é a sua tarefa, que é interferir, de forma autoritária – porque o nome disso é autoritarismo –, nas relações de um Estado Democrático de Direito. É exatamente por isso que eu posso ter muitas discordâncias em relação às decisões do Supremo Tribunal Federal, mas eu não

engrosso fileira para falar contra um Poder da República. Exatamente por isso todas as minhas posições no Congresso Nacional são vencidas.

Toda vez que há votação, nós, que defendemos a classe trabalhadora, somos derrotados. Nem por isso eu vou encerrar fileiras, defendendo algo contra o Congresso Nacional, porque eu estaria contra a democracia, contra a política. E nós não queremos esse arbítrio. A humanidade já passou por isso em todas as partes do mundo, inclusive no Brasil, com uma ditadura civil-militar que deixou milhares de torturados, mortos, desaparecidos, pessoas censuradas. É disso que nós nos aproximamos quando defendemos quaisquer ações contra os outros Poderes da República.

Nós precisamos aprender a trabalhar no contraditório, que eu acho que é a outra dificuldade do governo. Como é que um secretário de Estado, numa mesa de negociação, consegue se referir a uma deputada estadual - da qual ele discorda - como cretina? Que relação é essa? Aliás, há relação com o que o governador falou, na segunda-feira, sobre o que ele pensa da violência contra as mulheres. Parece-me que se relaciona muito mais com isso. Mas, quando eu discordo, eu perco o controle, eu ataco, eu tento silenciar, eu ganho pelo grito, não exerço o papel do Poder Executivo. Nós estamos em um dos momentos mais graves do País, de Minas Gerais, e por isso é tão importante ter uma atuação parlamentar independente, autônoma e com coerência. Em que pese o discurso da não política, nunca foi tão essencial ter o Parlamento mineiro com a atuação que tem tido.

Um forte abraço a todos. Convido todos a acompanhar a Assembleia Estadual do Sind-Ute, que está em curso agora. Não há motivos para o encerramento da greve. Acredito que o resultado da Assembleia é a continuidade da greve. E repito: é uma categoria com fibra, com fôlego, com coragem, com resiliência, sendo a maioria constituída por mulheres – acho que isso explica muita coisa –, que têm fôlego para permanecer, fazendo a luta pelo tempo necessário. Todos os governos que testaram a categoria no seu fôlego de luta perderam. E a categoria sobreviveu na luta em defesa de uma educação pública de qualidade.

Eu termino a minha fala exatamente prestando uma homenagem a toda essa categoria, que faz uma luta fundamental, que, muitas vezes, é humilhada, silenciada, descaracterizada, criminalizada. Os professores da rede municipal de Belo Horizonte estão com a sua luta judicializada, mas a gente persiste fazendo a luta em defesa de uma educação pública de qualidade e em defesa dos serviços públicos de qualidade. Quando a gente faz essa defesa, a gente defende a população mineira. Obrigada, presidente.

\* – Sem revisão da oradora.

O deputado André Quintão\* – Presidente, deputados, deputadas, servidores, trabalhadores da educação, demais categorias que acompanham os trabalhos da Assembleia, telespectadores, boa tarde.

Sem dúvida, hoje, um dos assuntos que pautam não só a Assembleia, mas também o Estado de Minas Gerais é a discussão sobre o veto parcial do governador Zema em relação a esse processo de recomposição salarial.

Eu vou querer, de maneira até pedagógica, buscar apresentar alguns equívocos, que, no meu entendimento, estão criando essa situação de instabilidade política, de insatisfação do funcionalismo estadual no seu conjunto. O governo cometeu uma série de equívocos nesse processo. Já de início, o governo, utilizando inclusive frases fortes como: “Estado em ruínas”, “governo quebrado”, apresenta à Assembleia um projeto de recomposição salarial para um segmento do funcionalismo, fruto de acordo legítimo – que nós respeitamos –, com um impacto de R\$9.000.000,00 em três anos.

Aí o governo já dá um sinal trocado, porque ele usa um discurso de estado em ruínas, inclusive, acusando o governo anterior. Mas, ao mesmo tempo, ele apresenta esse projeto, vem à Assembleia e reitera esse posicionamento em todas as votações através das suas lideranças da base. Comete um grande equívoco, porque não abre negociação, não reconhece, não dialoga sobre a recomposição salarial e outras demandas de outros segmentos do funcionalismo, como o cumprimento do piso nacional do magistério, da educação; a incorporação de gratificações nas universidades estaduais; a incorporação de alguns abonos na área da saúde; e a recomposição, em si, no conjunto das categorias. Então, o governo quase que faz um processo seletivo de atendimento colocando aqui, inclusive, na Assembleia, uma categoria contra a outra.

Nós tivemos aqui – todos os deputados e deputadas – a sabedoria no processo final, a condição de aprovarmos o projeto original com uma emenda apresentada não só pelo bloco de oposição, mas por outros deputados e deputadas, que também, a partir de estudos realizados pelo próprio governo, apontavam a recomposição para o segmento, dando a oportunidade ao governo de estabelecer um processo de negociação que ainda não tinha sido feito com outras categorias.

Pouca gente, às vezes, ficou sabendo, mas, em várias regiões de líderes, com os líderes da base de governo, desde o início da tramitação, nós apontávamos essa lacuna. Nós não somos contra o acordo com a área de segurança, mas há uma insatisfação latente fundada dos outros segmentos. E, se o governo não apontar nenhuma alternativa, a Assembleia Legislativa vai acolher essa legítima reivindicação dos demais trabalhadores. Como se justifica nós aprovarmos um projeto para uma categoria sendo que existem trabalhadores que também demandam essa recomposição?

Agora, esse processo de negociação, disse bem a deputada Beatriz, tem que partir do governo. O Legislativo media, mas quem é Seplag, quem deveria ter área de recursos humanos, é o governo. Então, o governo já comete esse equívoco levando a ter que analisar um projeto aprovado com um conjunto de emendas. Pois bem, demora em sancionar. No dia seguinte, o seu partido, o Partido Novo - é o único governado do Partido Novo -, repreende o governador com uma nota e entra com uma ação no Supremo Tribunal Federal contra a recomposição salarial.

Depois, vêm governadores aliados do governo Bolsonaro, assim como o governador Zema, também condenando esse reajuste, ou melhor, essa recomposição em Minas Gerais. Vem o governador de São Paulo dar palpite aqui, em Minas Gerais, o rastilho das mobilizações da área de segurança no País. Aí, segundo o próprio ex-secretário Bilac, o governo é convocado em Brasília - aí há um problema de origem – para prestar contas para o governo federal. Onde está o pacto federativo, a autonomia dos estados? O governador colocou como estratégia única de superação da crise fiscal adesão ao Regime de Recuperação Fiscal do governo federal, que é draconiano, que quebra a autonomia dos estados. Esse foi o erro de origem. Aí, o secretário do Tesouro Nacional, que não tem voto, fala mais grosso que o governador de Minas Gerais.

Então, essas são as reais causas do veto parcial e total. Não foi por causa da Assembleia, não foi por causa de emenda, mas, sim, de uma conjunção de fatores que passa pela chantagem do governo federal, que passa pela reclamação dos demais governadores, que passa pelo seu partido: o Partido Novo. Aliás, não vou entrar aqui em questões partidárias por elegância política. Mas o governador tem que resolver: para ele é prioridade governar para Minas Gerais ou para a Executiva Nacional do Novo? Essa é uma contradição que ele vive.

Então, é muito importante que a gente tenha consciência dessa situação, que não foi criada pela Assembleia. Aliás, a Assembleia tem buscado contribuir. Aí, a Comissão de Segurança Pública faz uma audiência pública, e vem a equipe de governo – o ex-secretário de governo –, que reitera que a parte da segurança deverá, sim, ser sancionada, que o Estado tem recurso para isso. No dia seguinte, poucas horas depois da audiência, 48 horas depois da audiência, o governo anuncia que vai vetar parcialmente, rompendo o acordo com a área de segurança, porque há fatos novos. O fato novo é o pibinho do Paulo Guedes, é a projeção econômica aquém do que alguns esperavam. O fato novo é o coronavírus, que, no mundo inteiro, todo mundo está discutindo. Parece que só o presidente do Brasil... Agora ele deve reconhecer a gravidade porque o Trump, presidente dos Estados Unidos, fez uma declaração ontem. Então, agora ele deve fazer a mesma coisa com medidas efetivas.

Então, o que acontece? Esses cenários que estão aqui, na justificativa do veto, eram conhecidos. Então, a questão não é esse cenário macro ou microeconômico. A questão de fundo é a pressão do governo federal, é a pressão do Partido Novo. Essa alternância... Aqui eu queria fazer até uma menção. O ex-secretário Bilac estabeleceu uma rota de diálogo com a Assembleia no ano passado. Nós estabelecemos uma agenda de votações. Nós antecipamos os recebíveis do nióbio; aprovamos com aperfeiçoamentos que a bancada do PT apresentou – e o bloco. Nós conseguimos prorrogar o Fundo de Erradicação da Miséria. Nós não deixamos, na pauta, projetos mais polêmicos que poderiam ser malignos, principalmente para os servidores e a população, como privatizações e

também o Regime de Recuperação Fiscal. Houve esse diálogo. Será que agora nós vamos partir do zero, do novo literalmente? Porque me parece, inclusive, que essa nova condução da equipe política será do Novo. Como líder da oposição, não me cabe aqui comentar sobre montagem de governo de que nós não fazemos parte.

Agora esperamos é que esse diálogo melhore, seja aperfeiçoado e não retroceda, que os novos secretários atendam ao interesse do Estado de Minas Gerais e não à cartilha do Novo. Porque o governo tem uma pauta importante, a Assembleia tem uma pauta importante. E aqui vou repetir o que tenho dito: Minas vive, assim como o Brasil, um cenário econômico adverso. O Estado vive uma crise fiscal. Nós temos uma crise política instalada pelo próprio governo, associada à pandemia do coronavírus ainda imprecisa, ainda sem a mensuração exata das consequências do ponto de vista da saúde e da economia.

Então, neste momento, nós temos que ter serenidade; neste momento, nós não podemos apagar incêndio com gasolina; neste momento, nós temos que ampliar o diálogo, a interlocução. Agora essa responsabilidade é do governo. A Assembleia já fez a sua parte. O governo tem que se mexer, tem que se mobilizar, porque a tendência óbvia, evidente é que a área de segurança se mobilize para que o acordo seja cumprido. É natural que as demais categorias se mobilizem para que sejam também atendidas.

E uma questão colocada por todos os deputados e deputadas com que tenho dialogado – não só do bloco – é essa incerteza quanto ao cenário, porque um dia vem o secretário – à época, era secretário de Governo – e fala: “Não, o governo tem condição”. A mensagem do governador, as entrevistas diziam: “Há condição de atender o acordo com as forças de segurança”. Depois, muda o cenário político, há pressão do secretário do Tesouro Nacional, do Ministério da Economia lá do Paulo Guedes – ou do João Amoedo, ex-presidente do Novo –, entram fatores novos, e aí o governador recua, volta atrás e coloca a justificativa do coronavírus e do pibinho do Paulo Guedes.

Então, com qual base real de cenário nós vamos discutir esses vetos aqui, na Assembleia? E os outros projetos? Como nós vamos discutir a Previdência? Como nós vamos discutir projetos que o governador vier a reencaminhar à Assembleia. Quanto a alguns, já temos posição: somos refratários às privatizações. Essa adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, que quebra a autonomia do próprio ente federado, o Estado... Mas, se não houver uma relação de confiança, de segurança, se a posição sempre for pendular, haverá comprometimento da relação institucional e política.

Então, o momento é grave, o momento do Brasil é grave. Nós estamos com uma combinação explosiva: desemprego, recessão, crescimento baixo, crise internacional, coronavírus. E quem paga o pato na crise, infelizmente, são as pessoas mais pobres, são as pessoas que precisam do Estado, do poder público. Vou reiterar aqui de maneira muito ponderada para os líderes do governo, para os representantes aqui do governo: o governo tem que se movimentar, ser mais proativo, gerar uma relação de maior confiança, buscar alternativas. Com essa quantidade de idas e vindas, fica difícil construir uma relação estável.

Nós temos já um ano complexo. Como nós vamos construir uma agenda positiva aqui, na Assembleia, com tantos vetos? Por que chegamos a tantos vetos na pauta? Esse é um problema de interlocução política. E aí não é a oposição. Nós não usamos ainda nenhum recurso de obstrução porque não precisamos. A obstrução é feita pela própria quantidade de vetos, e nós não estamos priorizando a obstrução, nós queremos diálogo; nós não somos a oposição do quanto pior melhor – vou ficar rouco de repetir aqui –, nós tentamos fazer isso na tramitação, nós tentamos fazer isso na discussão do veto. O governador poderia perfeitamente falar: “Olhem, eu vou vetar, mas eu estou entrando aqui com um projeto X de recomposição para tal segmento, porque é o que eu dou conta de pagar agora”. O governo não fez isso, o governo ficou inflexível, e o resultado é este: todo o funcionalismo descontente, as forças de segurança descontentes e uma relação política atabalhoada com a Assembleia Legislativa. Mas, repito: espero que a gente tenha sabedoria e serenidade para contribuir com o Estado de Minas Gerais. Agora, o governo precisa ajudar também a Assembleia – um pouco – a melhorar essa relação. Nós estamos fazendo a nossa parte, o governo não está fazendo a parte dele. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira\* – Obrigado, deputada Beatriz. Bom, colegas, eu também quero aqui fazer repercutir as notícias de ontem que vieram do governo do Estado, com a informação do governador do veto parcial ao projeto de lei da recomposição do salário dos servidores; e comentar também as mudanças no governo, não é?

Mas antes, eu queria voltar a falar da economia. A economia brasileira – e eu havia alertado aqui nesta semana, quando fiz minha intervenção – vai muito mal. Eu lembrei aqui – e lembrei os colegas – que, ainda na época do governo da presidenta Dilma, um dos motes, um dos hinos que eram cantados por aqueles que faziam oposição a nós era que, se tirassem a Dilma e o PT, a economia ia crescer. Se tirasse a Dilma e o Partido dos Trabalhadores, o Brasil voltaria a gerar empregos. O País ia sair da recessão, o dólar ia baixar. A gasolina, àquela época, custava R\$2,60. O pessoal estava numa histeria danada, batia panela, dizia que a gasolina estava cara. Disseram que o País ia melhorar. Veio o golpe. Assumiu Michel Temer. O governo Temer não conseguiu dar resposta aos problemas econômicos do Brasil. A cantilena é aquela antiga, ou seja, que o que o PT havia deixado era tão grave que eles não deram conta de resolver naquele período em que lá ficaram.

Eu me lembro de que, quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o Brasil, sucedendo Fernando Henrique Cardoso, com o dólar alto, com a taxa de juros alta, com o risco Brasil lá em cima e tudo mais, nós não ficamos nesse choro todo. Em pouco mais de um ano, a gente já começava a entregar os resultados econômicos do nosso país. No governo do presidente Lula, o Brasil se tornou a 6ª maior economia do mundo, ultrapassando o Reino Unido. Quando assumimos o governo, e eu já disse isso aqui, o Brasil tinha R\$50.000.000.000,00 em reservas. Era devedor do FMI. Nós pagamos a dívida com o Fundo Monetário Internacional e ainda nos tornamos credores do fundo. Quando deixamos o governo, deixamos de reservas – encontramos R\$50.000.000.000,00 – mais de R\$300.000.000.000,00, reservas essas que estão sendo utilizadas frequentemente pelo Ministério da Economia para tentar controlar a economia.

Esse, deputado Cleitinho, é o partido que quebrou o Brasil. Sabe? O partido que quebrou o Brasil deixou R\$300.000.000.000,00 de reservas cambiais. Quem ia salvar o País nos últimos quatro anos... O que o mais distraído não percebe, o que o cidadão distraído não percebe é que o governo Bolsonaro não sucede o governo do Partido dos Trabalhadores. Ele sucede o governo Michel Temer, que ele ajudou a colocar lá quando votou “sim” ao *impeachment*, que foi base de sustentação das reformas que o Temer apresentou, prometendo a retomada da economia, como a terceirização, a reforma trabalhista, a Emenda Constitucional nº 75, de congelamento de gastos por 20 anos. Eles chamam de gastos o investimento na saúde, na educação e na segurança. Chamam de gastos! Essa era a fórmula mágica para fazer o País voltar a crescer e retomar a economia.

A fórmula mágica não aconteceu. E Bolsonaro estava lá, votando isso, junto com Michel Temer. Foi base do Michel Temer. Então o governo Bolsonaro é continuidade do governo Temer. É por isso que nós estamos falando aqui de um período de modelo econômico de governo que ultrapassa talvez quatro anos, se a gente for somar tudo, ou quase isso, quase quatro anos. Esse receituário até agora não trouxe a resposta que o povo espera. Não gerou emprego. Não retomou o crescimento econômico. Nós vimos aí o PIB, o PIBinho do Paulo Guedes, o PIBinho de 1,1%.

Falei aqui da forma como o presidente ridiculariza o assunto. A imprensa quer ir lá conversar, quer saber por que, quer saber qual é o caminho. Até achei que o secretário do Tesouro, o Mansueto, ainda foi mais equilibrado e sereno. Ele falou: “Olhe, há dia em que eu não estou dormindo à noite”. Ele estava reconhecendo a gravidade do momento que a gente vive. Essa é a postura de quem está no governo, a postura de mostrar o tamanho do problema. Você se sente até mais seguro quando vê pessoas tratando do assunto com a gravidade e a seriedade que ele merece. Mas quando você vai perguntar ao presidente, ele chama o humorista e manda distribuir bananas para os jornalistas. É assim que se trata, no nosso país, de um assunto tão sério.

Eu me lembro de que, quando Paulo Guedes foi questionado sobre o aumento do dólar, ele falou que, para o dólar chegar ou passar de R\$5,00, teria de ser feita muita (- Palavra expungida.). Então vejam, o dólar hoje chegou a R\$5,00. A bolsa despenca

17%. Quero saber quem fez muita (- Palavra expungida.). Essa é a fala do ministro Paulo Guedes. É muito grave. É sério o que estamos vivendo. Não dá para o governo tratar isso dessa maneira.

Citei aqui como o subemprego aumentou, como o trabalho está precarizado. Eles tentam sofisticar o termo. Agora todo mundo é empreendedor. O cara que trabalha por 12, 16 horas, sem nenhuma proteção ou segurança, agora é como se ele fosse empreendedor. Estamos falando da “uberização” do trabalho.

Utilização de dados do desemprego: quando você pega o recorte do chamado desalento, que é quem para de procurar emprego, claro, isso não consta mais no índice de desempregados do Caged. Então, você vai dizer: não, o desemprego está diminuindo. Não está; está diminuindo o número de pessoas que procuram emprego. Alguns já entraram em desespero. Nós estamos falando de mais cinco milhões de pessoas. Essa é a situação da economia brasileira no dia de hoje. O grau de endividamento das famílias é algo absurdo.

Eu não preciso fazer aqui, deputado Cleitinho, só o “economês”. O que é o “economês”? A alta do dólar, o PIB – 1,1%. Vamos falar de maneira clara, da forma como as pessoas compreendem: o custo de vida aumentou ou diminuiu? O povo está pagando a carne mais cara ou mais barata? A gasolina está mais cara ou mais barata? O transporte está mais caro ou mais barato? Você tem mais gente empregada? Você mesmo está empregado, desempregado ou conhece alguém da sua família que esteja? É empírico. As pessoas estão sentindo o que está acontecendo.

Já falei da última maldade, recente, que foi o aumento da tarifa do metrô em Belo Horizonte – e o trabalhador precisa do metrô –, passando de R\$1,80 para R\$4,25. Olhem como é isso. Pensem no cara que vai e volta e ganha um salário mínimo. Como fica a vida desse trabalhador?

E então eu queria também comentar, diante de tanta notícia ruim, que a gente, às vezes, tem que garimpar, caçar uma notícia boa para que o desânimo não nos abata. Dentro de tanta coisa que eu tenho criticado, que o Congresso tem feito, eu quero aqui destacar a derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro na questão do BPC – Benefício da Prestação Continuada. O que é o BPC? Esse benefício é concedido aos idosos – a partir de 65 anos – e aos deficientes, quando a renda *per capita* familiar é em torno de R\$261,00. Essa linha de cálculo sai de R\$261,00 e vai para R\$522,00 *per capita*, ou seja, uma família que tenha quatro pessoas receberá pouco mais de R\$2.000,00. A gente sabe que o *per capita*, os R\$500,00, é razoável. Qual o dado que o IBGE nos traz? Que metade da população brasileira vive com menos de R\$500,00. Mais de cem milhões de brasileiros vivem com menos de R\$100,00 por mês. O Brasil é campeão na desigualdade, e o BPC é um dos melhores em distribuição de renda.

Nós já fizemos a análise aqui de como os projetos, os programas de distribuição de renda, o Benefício da Prestação Continuada, o pagamento do benefício de aposentadoria, o próprio Bolsa Família têm sido fundamentais para garantir algum mercado de consumo para as famílias pobres e são um componente que ajuda no aquecimento da economia. Então, essa derrubada é importante porque aumenta a faixa das pessoas que passarão a ter esse direito, entendendo que essas pessoas passarão a ter mais poder de consumo, e isso terá impacto na economia. Entendo eu que são essas as medidas que podem ajudar a tirar o País da recessão e a gente a voltar a ter um crescimento econômico – combinado, é claro, com a reforma tributária.

Também já discuti isso. Falei que a reforma tributária não pode se limitar somente à simplificação, vamos chamar assim, da questão tributária, unificação de impostos, por exemplo. Mas ela também tem que partir de uma lógica, de que a tributação incida essencialmente sobre a renda, não é isso? Porque, deputado Betão, em 1994, Fernando Henrique Cardoso tirou a tributação de lucros e dividendos, então a turma passou a não mais tirar o pró-labore, e percebem-se somente os lucros e dividendos de sua empresa. Acho que só o Brasil e a Letônia têm esse tipo de coisa, dentro daqueles países que estão no nosso OCDE, de que o Bolsonaro quer participar. Os países desenvolvidos, inclusive os Estados Unidos, porque este governo os tem como referência, tributam lucro e dividendo. Então, o que estamos defendendo é que o tributo alivie o consumo, porque isso colabora com a economia, e que o tributo incida mais sobre aqueles que têm as grandes riquezas de que falamos.

Quando eu falo em tributar as grandes riquezas, há quem brigue comigo: “Deputado, você está maluco? Este país já tem uma carga tributária tão alta”. Eu respondo assim: “Já tem uma carga tributária alta para quem ganha 2, 3, 4 salários, que vai pagar até 27% no imposto de renda. Para os grandes milionários deste país, não há tributação, porque isso saiu em 1994”. E aí pergunto: “Companheiro, se você não é daqueles que ganham R\$2.300.000,00 por mês – não é nem por ano, é por mês -, que não pagam imposto, você não deveria estar achando ruim comigo, não, porque você já paga, você já é tributado”. Temos que tributar quem está fora dessa linha de corte.

E é assim que eu acho que, dentre outras coisas, você vai buscando a justiça social, o equilíbrio fiscal e vai criando as condições para a retomada do País.

Bem, então eu já falei um pouquinho sobre isso. Eu quero falar agora da parte do Estado, dos vetos do governador Romeu Zema. O governador, na inabilidade política, conseguiu desagradar todo mundo. Conseguiu desagradar a segurança, porque fez um acordo com ela, disse que o honraria e agora está dizendo que não vai honrá-lo. Desagrada o restante do funcionalismo do Estado de Minas Gerais quando não propõe nenhuma negociação. A emenda que apresentamos aqui poderia ter sido desnecessária, caso o governador tivesse aberto o diálogo com a educação, com a saúde, com a meio ambiente, com todas as categorias, com o DER. Os trabalhadores do DER têm lembrado que eles também estão nessa luta e precisam ser reverenciados e lembrados por nossos parlamentares. Temos a luta dos trabalhadores do DER. Minas Gerais tem uma das maiores malhas rodoviárias do País. Olhe a situação das estradas agora pós-chuva. Com essa chuvarada que houve, Betão, a Zona da Mata está arrasada, bem como várias regiões. Estamos com um monte de requerimento aqui pedindo manutenção. O DER pode ser fundamental para superarmos esse problema. Então, faço aqui também uma deferência à luta dos trabalhadores do DER.

Então, o governador poderia ter aberto o diálogo com os servidores, feito alguma proposta, encaminhado uma agenda de discussão, mas evitou, não quis conversar. Na educação então, que está em greve – e daqui a pouco haverá a assembleia dos professores –, a luta é para que o governo abra o diálogo da negociação, que acabe de pagar o que deve do 13º salário, para que cumpra a emenda constitucional do piso.

Então, o governo Zema vem mostrando a inabilidade nesse sentido. Agora ele está recompondo o seu estafe. Acho que um dos principais desafios vai ser perguntar para o governador e para o seu estafe se darão conta de fazer a reconstrução do ambiente político em Minas Gerais com a Assembleia, com os servidores, com a sociedade mineira, com o próprio Congresso Nacional, com o próprio Ministério da Fazenda, com o Supremo, que está querendo saber se Minas vai dar reajuste se não consegue pagar a dívida que tem com a União.

Então, há um périplo aí para ser perseguido. E ninguém pode acusar a oposição de sabotagem. Votamos a reforma administrativa. Votamos o projeto da Codemig, em que o governador disse que haveria recursos. Não nos furtamos a fazer debate com qualquer matéria que pudesse ter uma justificativa, uma defesa em prol do povo de Minas Gerais. Então, temos autoridade para falar isso aqui. O governador precisa zelar por aquilo que deixamos.

Sabe, Betão, eles falam muito em herança maldita do governo do PT, mas li no jornal – e achei interessante que o jornal colocou – que tem de se falar da herança bendita. A liminar que suspende o pagamento de R\$6.000.000.000,00 da dívida com a União foi apresentada no governo do PT. Ela passou a ter o seu principal impacto, porque isso foi no final do nosso governo, nesse último ano do governo Romeu Zema. Essa conquista pode se perder se o governador não tiver habilidade de tocar o Estado dialogando com todos esses atores que são importantes.

Então, estou dizendo isso para o governador ficar atento, não é, gente? Está desagradando o Partido Novo. Está desagradando a segurança. Está desagradando o conjunto de servidores do Estado. Não está boa a relação com a Assembleia de Minas Gerais. O governador foi chamado, já disse, para falar com o ministro Luiz Fux. O próprio Rodrigo Maia tem feito críticas. É uma situação que não é simples.

Não vai faltar da nossa parte, e aqui falando em nome do Partido dos Trabalhadores, a boa disposição para conversar sobre Minas e os problemas de Minas. Sabemos que, para qualquer ação que seja responsável apenas no viés e na conotação política, sempre vem aquele problema de “vamos pensar as próximas eleições” e deixa de ser feito o que precisa ser feito. Sabemos que a situação hoje do Estado é grave. Não vai faltar da nossa parte – o deputado André já disse isso aqui – a boa vontade para fazer a boa discussão. Agora não vamos aceitar o chamado sinal trocado, quando o governador toca por conta dele e não participa a Assembleia das decisões, quando somos os últimos a saber dos comunicados das ações. Vi o próprio Partido Novo e a base do governo, no Twitter... O deputado Gustavo Valadares fez um tuíte forte, ele, que é líder do bloco da base do governo, falando assim: “Nem eu estou sabendo dessas mudanças, medidas que o governador está adotando”. Como se toca um governo dessa maneira? Então, é preocupante.

Assim, volto a dizer que, da nossa parte, sempre há boa disposição, como já tivemos até aqui, em debater os problemas de Minas Gerais, mas também, gente, não dá para fazermos aquilo que compete ao governador fazer. Sabemos das nossas obrigações, e o governador tem ciência daquelas que lhe competem. Espero que ele saiba buscar o caminho da construção da boa política. Esse é o problema. Foi bem lembrado. O problema é que você vota nos *outsiders*, vou votar no cara que não é político, vou votar no antipolítico, como se a antipolítica fosse a solução para os problemas da sociedade. Negar a política é condenar o País, o Estado a não saírem e a não superarem os problemas pelos quais estamos passando. Obrigado.

\* – Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/3/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ana Carolina Rodrigues Candeia, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

exonerando André Marcio Barbosa Xavier, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

exonerando Rafaela Corrêa de Oliveira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite;

exonerando Roberto Carlos Nunes, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Azinê Soares de Miranda, padrão VL-49, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira;

nomeando Carlos José Correa, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Paulo;

nomeando Rafaela Corrêa de Oliveira, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Roberto Carlos Nunes, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite;

nomeando Tiago Andre Felicio, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta.

**ATO DA PRESIDÊNCIA**

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Irineu Inácio da Silva, Matrícula 26137-8, no período de 11 a 17 de fevereiro de 2020.

Palácio da Inconfidência, 16 de março de 2020.

Deputado Agostinho Patrus, presidente.

**ATO DA PRESIDÊNCIA**

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde à deputada Laura Mendes Serrano, Matrícula 26165-3, no período de 12 a 15 de outubro de 2019.

Palácio da Inconfidência, 16 de março de 2020.

Deputado Agostinho Patrus, presidente.

**ATO DA PRESIDÊNCIA**

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde à deputada Laura Mendes Serrano, Matrícula 26165-3, na data de 20/12/2019.

Palácio da Inconfidência, 16 de março de 2020.

Deputado Agostinho Patrus, presidente.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 11/2020****Número no Siad: 9223997-1/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Century Telecom Ltda. Objeto: prestação de serviços de transporte de telecomunicação via rede óptica. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, com reajuste. Vigência: 16/4/2020 a 15/4/2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001-3.3.90 (10.1).